

**AgRg nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.619.066 - SP
(2019/0335649-9)**

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : ELSA PAVAO
ADVOGADOS : EURO BENTO MACIEL FILHO - SP153714
GABRIEL HUBERMAN TYLES - SP310842
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto por ELSA PAVÃO contra decisão da Presidência deste Tribunal Superior, que não conheceu do agravo em recurso especial apresentado, ao fundamento de ausência de impugnação à totalidade dos motivos que ensejaram a inadmissibilidade recursal, nos termos dos arts. 21-E e 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Alega a agravante que os óbices indicados na decisão impugnada não incidiriam no caso e teriam sido devidamente impugnados. No mais, reitera as razões do recurso especial.

Requer a reconsideração da decisão ou o conhecimento do agravo com o provimento do recurso especial apresentado.

Instado a opinar o MPF manifestou-se pelo não provimento do recurso (e-STJ fls. 535-536).

É o relatório.

Atendidos os requisitos de admissibilidade do recurso, passa-se à análise do mérito do agravo regimental.

Consta dos autos que a agravante foi denunciada, juntamente com Paulo Henrique Barbosa Prado, pela prática de homicídio culposo na direção de veículo automotor contra a vítima Lucas Carlos da Silva Barboza, ocorrido no dia 4/12/2014.

Após regular instrução processual, os réus foram condenados como incurso no art. 302, *caput*, do Código de Trânsito Brasileiro. A primeira, à pena de 2 (dois) anos de detenção, a ser cumprida em regime prisional inicial aberto, substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, e ainda, a 3 (três) meses de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor. O segundo acusado foi condenado às penas de 2 (dois) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias de detenção, a ser cumprida em regime prisional semiaberto, bem como a 3 (três) meses de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor (e-STJ fls. 225-232).

O Tribunal de origem deu provimento ao apelo do segundo réu para absolvê-lo por insuficiência de provas e deu parcial provimento ao apelo da ré para reduzir o prazo fixado da pena de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor, para 2 (dois) meses e determinar que a prestação pecuniária fosse limitada a 1 (um) salário mínimo à entidade pública ou privada de destinação social (e-STJ fls. 380-388).

A defesa da acusada opôs embargos declaratórios. Todavia, foram parcialmente acolhidos apenas para que fosse juntado ao processo o voto divergente relativo ao julgamento da apelação (e-STJ fls. 410-420)

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta ofensa ao art. 13, § 1º, do Código Penal e aos arts. 386, VII e 619 do Código de Processo Penal, (e-STJ fls.

424-448).

Sustenta, em síntese, que o acórdão está eivado de contradições, obscuridades e omissões, devendo ser considerado nulo, porquanto o Tribunal *a quo* não analisou nenhuma das questões apresentadas na petição de embargos declaratórios. Assevera que a contradição decorre do manifesto equívoco no critério de valoração dos elementos probatórios; a obscuridade deflui "*do uso de presunções e conjecturas, pelo [aresto] [...], absolutamente alheias à prova dos autos, para motivar a condenação da Recorrente*"; E a omissão surge dos "*manifestos erros de valoração da prova*" e do "*uso indevido e exagerado de presunções e achismos*".

Alega a negativa de vigência ao art. 386, VII do CPP, em razão da insuficiência de provas acerca da materialidade do delito. Acrescenta a necessidade de observância do princípio do *in dubio pro réu*.

Defende que o Código Penal adota a "*teoria da equivalência dos antecedentes*", sendo necessária a consideração do pontuado no voto vencido (e-STJ fls. 417-420) que asseverou a manifesta imprudência do corrêu.

Argumenta, por fim, que o choque havido entre o veículo da recorrente e a moto do outro acusado, além de estar fora da previsibilidade objetiva da ré, foi causa superveniente relativamente independente, que por si só, produziu o resultado morte da vítima.

Requer, ao final, o provimento do recurso especial para declarar a nulidade do acórdão recorrido, ou por sua reforma, concluindo-se pela absolvição da recorrente.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 454-462), a irresignação não foi admitida, tendo sido protocolado o correspondente agravo.

Por decisão da Presidência desta Corte de Superior, o agravo não foi conhecido.

Daí a apresentação deste regimental, no qual a defesa reitera os argumentos apresentados no recurso especial, ressaltando a existência dos requisitos previstos para a admissão da insurgência.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal ofertou parecer pelo não provimento do agravo interno (e-STJ fls. 535-536).

Da análise dos autos, verifica-se a existência dos pressupostos necessários ao conhecimento do recurso, devendo-se reconsiderar a decisão de fls. 494-495, nos termos do art. 259, § 6º, do RISTJ e passar à análise do mérito da insurgência apresentada.

A irresignação não prospera.

Primeiramente, quanto à apontada violação do art. 619 do CPP, impende salientar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que para o reconhecimento da afronta ao referido dispositivo é necessário que o recorrente especifique de forma clara no recurso especial quais seriam as teses jurídicas apresentadas ao debate e não analisadas pelo Tribunal de origem para o reconhecimento do vício relativo à omissão.

Outrossim, seria necessária a indicação precisa no corpo do acórdão recorrido de qual seria a incongruência entre o teor de sua fundamentação e a respectiva conclusão no julgado para que seja evidenciado o vício de contradição.

Por sua vez, o recorrente deve demonstrar em que trecho do acórdão recorrido operou-se a ininteligibilidade da fundamentação ou das conclusões lançadas no corpo do aresto, para evidenciar a obscuridade.

Os motivos apresentados pelo recorrente no desiderato do reconhecimento dos vícios do art. 619 do CPP, não são construídos nesse viés, ao contrário, tratam-se de afirmações genéricas, limitando-se quanto muito, a fazer referência às teses apresentadas na petição de embargos declaratórios, o que evidencia a deficiência na sua fundamentação, a atrair o óbice da Súmula n. 284/STF.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE DE MUNIÇÃO. SUPOSTA OFENSA AO ART. 619 DO CPP. FALTA DE CLAREZA E PRECISÃO NO APONTAMENTO DOS TEMAS OMISSOS E DAS PROPOSIÇÕES INCONCILIÁVEIS. SÚMULA 284/STF. PEDIDOS DE REDUÇÃO DA PENA-BASE E DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. REITERAÇÃO DE OUTROS HCS. QUESTÕES SUPERADAS. AUSÊNCIA DE DOLO NA CONDUTA DE POSSE DE MUNIÇÃO. REEXAME DE FATOS. SUMULA 7/STJ. PEDIDO DE SUSTENTAÇÃO ORAL. NÃO CABIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Se o recorrente deixa de demonstrar com clareza e precisão necessárias de que forma o acórdão combatido teria negado vigência concretamente ao comando do art. 619 do CPP, uma vez que não houve a indicação dos temas omissos ou das proposições inconciliáveis supostamente existentes no julgado impugnado, aplica-se, na espécie, o óbice da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

2. omissis

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 918.323/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 12/09/2019).

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EVASÃO DE DIVISAS. EVASÃO DE DIVISAS E DESCAMINHO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CPP. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. DOSIMETRIA. PENA DE MULTA E PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. DESPROPORCIONALIDADE. PERDA DE BENS E VALORES. MODIFICAÇÃO DO JULGADO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. OFENSA À SÚMULA. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. SÚMULA 518/STJ. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DO COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

I - As alegações genéricas de existência de vícios do julgado a quo, deixando de indicar, de forma inequívoca e específica, em quais omissões, obscuridades ou contradições incorreu o v. aresto da origem, de forma a caracterizar ofensa ao art. 619 do Código de Processo Penal, inviabilizam o conhecimento do apelo nobre por

deficiência de fundamentação, de modo a atrair a incidência, na espécie, da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

II - O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ).

III - [...]

(AgInt no REsp 1696161/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 31/10/2018)

Ademais:

PENAL. RECURSO ESPECIAL. ESTELIONATO E EXTORSÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CPP. SÚMULA N. 284 DO STF. ART. 599 DO CPP. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. MAL ESPIRITUAL. INEFICÁCIA DA AMEAÇA NÃO CONFIGURADA. VÍTIMA QUE, COAGIDA, EFETUOU O PAGAMENTO DA INDEVIDA VANTAGEM ECONÔMICA. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DO ART. 284 DO CP. SÚMULA N. 7 DO STJ. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. VIOLAÇÃO DO ART. 59 DO CP NÃO CONFIGURADA. PENA SUPERIOR A 4 ANOS E INFERIOR A 8 ANOS DE RECLUSÃO. REGIME INICIAL SEMIABERTO. OBSERVÂNCIA ART. 33, § 2º, "B", DO CP. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL. PREJUDICIALIDADE DO PEDIDO. POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO IMEDIATA DA PENA. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO VIRTUAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. AGRAVO REGIMENTAL NA TUTELA PROVISÓRIA JULGADO PREJUDICADO.

1. O recurso especial que indica a violação do art. 619 do CPP sem especificar a tese que deixou de ser analisada no acórdão recorrido, é deficiente em sua fundamentação e atrai a aplicação do óbice da Súmula n. 284 do STF.

2. Inviável o conhecimento da tese de malferimento do art. 599 do Código de Processo Penal se o acórdão recorrido não emitiu juízo de valor expresso sobre o conteúdo do dispositivo federal ou sobre a tese jurídica que se busca discutir na instância excepcional.

Eventual ofensa ao princípio da correlação não pode nem sequer ser acolhida de ofício, pois a recorrente foi julgada estritamente pelos fatos narrados na denúncia, ainda que o Ministério Público não haja pleiteado, expressamente, a aplicação do art. 71 do CP.

[...]

9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta extensão, não provido. Agravo regimental prejudicado.

(REsp 1299021/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 23/02/2017)

Acerca da indicada violação do art. 13, § 1º, do CP, no que se refere às teses da "teoria da equivalência dos antecedentes" e ainda da "superveniência de causa relativamente independente", percebe-se que a instância ordinária não se manifestou

sobre esses. Consta-se, ademais, que as referidas matérias também não foram objeto do recurso de embargos de declaração.

Portanto, ante a ausência do debate da questão pelo Tribunal estadual fica impedida qualquer manifestação desta Corte Superior sobre o referido tópico, haja vista a ausência do necessário prequestionamento, sob pena de indevida supressão de instância. Incidência do óbice enunciado pela Súmula n. 282/STF.

Nesse sentido:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 299 DO CP. FALSIDADE IDEOLÓGICA. CRIME FORMAL. ARREPENDIMENTO EFICAZ. INAPLICABILIDADE DO INSTITUTO. SÚMULA 7/STJ. ART. 143 DA LEI 8.112/90. CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA. PRODUÇÃO DE PROVA CONTRA A SI MESMO. NÃO OCORRÊNCIA. OFENSA AO ART. 155 DO CPM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. omissis

[...]

7. Por fim, quanto à suscitada ofensa ao art. 155 do CPM, sob o argumento de que o delito de incitamento à prática de crime militar somente se configura quando há anuência do militar receptor da incitação, verifica-se que essa tese não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido e tampouco foram opostos embargos de declaração para sanar a omissão. Incide, por analogia, o óbice da Súmula 282 do STF, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

8. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 1548430/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)

Na mesma linha:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIMES DE POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO E DE USO PERMITIDO. CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO. ARTIGOS 12 E 16 DA LEI Nº 10.826/2003 E ARTIGO 304 DO CÓDIGO PENAL. ACESSO ÀS PROVAS DA FALSIFICAÇÃO DO DOCUMENTO. IMPRESCINDIBILIDADE DE PROVA PERICIAL. TEMAS NÃO DEBATIDOS NO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E N. 356 DO STF. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. CRIMES DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO E CRIME DE ROUBO. CONDUTAS AUTÔNOMAS APLICAÇÃO. INVIABILIDADE. PROVAS DO CRIME DO ARTIGO 304 DO CP.

REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. VEDADO. SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. As questões quanto ao acesso às provas da falsificação do documento e imprescindibilidade de prova pericial não foram objeto de debate e discussão pelo Tribunal a quo em sede de apelação.

Carece, assim, o tópico do adequado e indispensável prequestionamento, motivo pelo qual incidentes, por analogia, as Súmulas ns. 282 e 356/STF.

2. omissis

[...]

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1807692/CE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)

Por fim, no que se refere à configuração da materialidade do delito imputado à recorrente, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ fls. 382-386):

Materialidade e autoria delitivas comprovadas por boletim de ocorrência (fls. 06/08), laudo pericial do local dos fatos e dos veículos (fls. 16/20), laudo necroscópico (fls. 36/39) e pela prova oral colhida [...]

Quanto à ré Elsa, não há que se falar em insuficiência probatória, vez que restou evidente no conjunto probatório amealhado aos autos, que a apenada iniciou manobra para parar na faixa do estacionamento, inclusive sinalizou nesse sentido, indicando que iria permanecer estacionada, porém, de repente, desistiu e saiu do local, sem atentar-se com o fluxo dos outros veículos, ingressou novamente na avenida e colidiu na motocicleta que trafegava na via ao lado.[...] a testemunha Alessandro, pessoa que melhor soube descrever os acontecimentos anteriores à batida, afirma que o carro da ré havia parado na faixa de estacionamento da farmácia em que trabalhava, porém, não sabe por qual razão a condutora desistiu da parada e voltou-se no sentido da avenida, quando então escutou um barulho. Já a testemunha Ademir, afirmou que de acordo com a posição dos veículos, tudo indicava que a apenada estava saindo com seu carro e não viu a moto, ocasionando a batida, bem como Emerson, disse que o veículo da inculpada estava virado no sentido da avenida. [...]

Sendo assim, é possível visualizar nos depoimentos destacados, que a ré agiu de forma imprudente, ao sinalizar manobra para estacionar e de repente desistir, voltando repentinamente para o sentido da avenida, sem sinalizar, abalroando a motocicleta que trafegava na via ao lado, no qual seu condutor acreditava que o automóvel iria efetivamente estacionar.

Acrescenta-se que apesar de não ter sido possível ao perito concluir como se sucederam os fatos, por haverem sido removidos os veículos da posição em que estavam, o laudo pericial do carro Spin (fls.16/19), aponta os danos

causados no automóvel da ré, na parte lateral esquerda (terço anterior esquerdo, orientados da esquerda para a direita e de trás para frente), [...]

compatíveis com o lado em que a moto trafegava, bem como com as narrativas das testemunhas, no sentido de que o veículo estaria virado para a avenida após a colisão, reafirmando-se, pois, que a ré não estava estacionada, mas sim em procedimento de saída da vaga do estacionamento. Ressalta-se que no laudo do local não foi constatado nenhum indício de frenagem no asfalto, o que demonstra haver sido o apenado surpreendido, de modo que sequer deu tempo de tentar acionar os freios da moto, sendo insustentável também a alegação de que a culpa foi exclusiva do réu Paulo Henrique, consubstanciando-se, pois, a pretensão absolutória, mero exercício do amplo direito de defesa e esgotamento do duplo grau de jurisdição. [...]

Ao que se nota, a tese de insuficiência das provas quanto à materialidade da imputação criminosa não pode ser dirimida na via recurso especial por demandar o reexame aprofundado dos elementos coletados no curso da instrução criminal, providência incompatível com a via extraordinária, a teor do enunciado da Súmula n. 7/STJ

A propósito:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 396-A, DO CPP. RESPOSTA À ACUSAÇÃO INTEMPESTIVA. DIREITO DE ARROLAR TESTEMUNHAS. PRECLUSÃO TEMPORAL. AUSÊNCIA DE EFETIVO PREJUÍZO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. AFRONTA AO ART. 229 DO CPP. PEDIDO DE ACAREAÇÃO. INDEFERIMENTO FUNDAMENTADO PELO MAGISTRADO DE ORIGEM. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 381, III, E 386, VII, AMBOS DO CPP. ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. PLEITO DE DECLASSIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. APELO ESPECIAL COM FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. "O direito à prova não é absoluto, limitando-se por regras de natureza endoprocessual e extraprocessual. Assim é que, na proposição de prova oral, prevê o Código de Processo Penal que o rol de testemunhas deve ser apresentado, sob pena de preclusão, na própria denúncia, para o Ministério Público, e na resposta à acusação, para a defesa. No caso vertente, não há ilegalidade na desconsideração do rol de testemunhas da defesa, apresentado fora do prazo legalmente estabelecido, ante a preclusão temporal desta faculdade processual". (HC 202.928/PR, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Rel. p/ Acórdão Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, DJe 08/09/2014)

2. Segundo a legislação penal em vigor, é imprescindível quando se trata de alegação de nulidade de ato processual a demonstração do prejuízo sofrido, em consonância com o princípio pas de nullité sans grief, consagrado pelo legislador no artigo 563 do Código de Processo Penal, o que não ocorreu, in casu.

3. A teor do entendimento desta Corte, o juiz pode indeferir, em decisão devidamente fundamentada, como ocorreu na espécie, as diligências que entenda ser protelatórias ou desnecessárias, dentro de um juízo de conveniência, que é próprio do seu regular poder discricionário, não havendo nulidade alguma em tal proceder.

4. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a embasar o decreto condenatório, ou a ensejar a absolvição. Óbice do enunciado nº 7 da Súmula desta Corte.

5. A ausência de indicação do dispositivo ofendido enseja a aplicação do enunciado nº 284 da Súmula do Pretório Excelso, pois caracteriza deficiência na fundamentação, o que dificulta a compreensão da controvérsia.

6. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 713.847/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2015, DJe 22/10/2015)

Por tais razões, **conhece-se do agravo para não conhecer recurso especial**, nos termos do artigo 34, inciso VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator